

REUNIÃO LACANOAMERICANA DE PSICANÁLISE DE RECIFE

O INCONSCIENTE É A POLÍTICA? RECALCULANDO...

Enrique Tenenbaum

Na reunião Lacanoamericana de La Plata, há três anos, falei sobre a citação de autoridade, aquela pela qual quem fala se autoriza na autoridade daquele que cita; por exemplo: Lacan disse que... Mas, como assinali na ocasião, nem sempre é possível afirmar que o que Lacan disse é o que se diz na citação. Porque, apesar de nós, Lacan nunca disse “sejam lacanianos se quiserem”; dessa errada ou falsa citação de autoridade falei naquela oportunidade.

Há outra maneira de citar, que é a citação de memória, *par coeur*¹ como dizem os franceses, quando uma frase ou um parágrafo é recitado como os alunos recitam um poema ou uma lição, sem reparar em seu conteúdo. Assim, por exemplo, repete-se a torto e a direito “deve renunciar quem não conseguir unir a seu horizonte a subjetividade de sua época”, frase escrita em 1958 e nunca mais mencionada por Lacan. Que época era essa e que horizonte, senão o fenomenológico? Lacan terá voltado a se referir a essa subjetividade? A citação, fora de seu contexto e da sua origem na obra do autor citado, corre o risco de se tornar uma citação irresponsável.

Há uma terceira maneira de citar, que é – embora pareça um paradoxo – fazer com que a citação diga algo muito diferente do que o texto citado parece querer dizer. Acontece quando o poeta cita os versos de outro poeta, como quando Celan cita Hölderlin e, por esse jeito de citar, as águas do Reno serão para sempre outras. Acontece quando Tchaikovsky cita *A Marselhesa*², na *Sinfonia* de 1812, e a faz desfalecer soterrada pelo vigor da música folclórica russa. Acontece quando Picasso pinta mil e uma vezes *as meninas*. Acontece quando o analista toma os ditos do analisando em transferência para fazê-los dizer outra

1 “Saber de cor”, em português (N. de T.).

2 Hino da França.

coisa, ou seja, para interpretá-los. Trata-se de um recurso à citação pelo qual quem lê, quem interpreta, quem força a citação, torna-se responsável pelo seu dizer. Trata-se de extrair do texto outro dizer, como Lacan o explicita em “Radiofonia” sobre a leitura judaica do Midrash.

A citação deixa assim de ser matéria inerte para ganhar vida, alçar voo e dizer outra coisa. Citar dessa maneira é recusar-se a tomar o texto citado como estabelecido, dogmático, religioso. Desse jeito, quem cita só se autoriza na sua leitura.

Há dez anos falei em Porto Alegre sobre o tema “o Inconsciente é a política”. Naquela época, a França e a Alemanha desempenhavam um papel central no arrocho disciplinar [financeiro] da Grécia ao administrar a dívida contraída por aquele país perante as finanças internacionais. Eu me perguntava se nesse cenário parecia se anunciar a profecia lacaniana de um discurso destinado a estourar, em um cenário em que o sistema financeiro dominava e já ameaçava soterrar o mercado de produção de bens e serviços; me perguntava se nesse cenário continuava sendo válido o lema *o Inconsciente é a política*.

Hoje, com a recente pandemia ainda visível, e sofrendo as consequências de uma situação de guerra com efeitos globais e com a renegociação das dívidas dos países esmagados pelas potências dominantes no jogo do capitalismo global, a frase deve ser reinterpretada? Não deveríamos recalculer suas coordenadas?

Lacan a pronunciou em 1967. Quatro anos antes, Martin Luther King falava de seu sonho, o sonho de um país no qual as pessoas de pele negra tivessem os mesmos direitos que os de outras tonalidades. É acaso o devaneio, a fantasia, o que orienta a política? É isso que Lacan quis dizer com o inconsciente é a política? Não o creio.

Lacan sustentou essa frase que se tornou um slogan, um slogan político, em estrita referência à clínica. Portanto, não é uma frase que simplesmente nos autoriza a peticionar às autoridades em nome do inconsciente. Acaso é concebível que o reconhecimento da hipótese da existência do inconsciente pudesse ter *status* constitucional para alguma democracia supostamente progressista?

O inconsciente, se fosse personificado, seria um partidário [*partisan*], não um soldado de profissão, e muito menos um burocrata que reclamara seus benefícios sociais legalmente obtidos.

O inconsciente, considerado como aquilo que introduz o novo, o que não estava lá, o que introduz uma falta no campo do Outro, por esse mesmo ato de produção do novo descompleta o Outro. Produz, por sua própria efetivação, uma objeção a toda totalidade, portanto, a todo totalitarismo. A escrita de Lacan de um Outro barrado, incompleto, não-todo, é uma escrita que carrega em sua simplicidade uma grande potência antitotalitária. O inconsciente, se fosse alguma coisa, seria antitotalitário.

A fonte que inspirou a frase quando Lacan a pronunciou foi o desejo de ser rejeitado para evitar ser engolido por um Outro imperial, servindo-se da guerra da Indochina para revelar um problema clínico: aqueles que se fazem rechaçar, não para satisfazer regressivamente uma moção pulsional masoquista – que era o que sustentava Bergler com quem Lacan discutia na época – mas para evitar ser engolido por um Outro voraz que acredita saber o que é bom para o sujeito. Nesse caso, o Outro voraz assumiu que era conveniente para o Vietnã começar a participar dos benefícios do capitalismo.

O desejo de ser rejeitado é uma forma de fazer falta ao Outro sob a condição de que o sujeito se identifique com o objeto rejeitado, resto da operação. É o preço a pagar por descompletar o Outro dessa maneira.

Mas esse rechaço não é a forma como se recebe toda produção inconsciente? Poderia uma produção inconsciente não ser – de início – rechaçada? O instante da emergência do dizer inconsciente produz regularmente um tempo de detenção dos enunciados, uma ruptura na unidade ou na síntese da fala do Eu. É rechaçado, inicialmente, esse ditado como próprio: *“todos os atos e exteriorizações que noto em mim e não sei vincular com o resto da minha vida psíquica devem ser julgados como se pertencessem a outra pessoa”*, sustentava Freud.

Sabemos que a política tende a neutralizar o novo incorporando-o ao velho, incorporando assim certas demandas em termos de direitos ou de satisfações, neutralizando-as como demandas. É o exercício da política, e podemos subsumi-lo no que chamamos o S2, o conjunto do saber, a política mesma. O trabalho do S2 é burocrático.

O que chamamos de inconsciente, por outro lado, cujo estatuto ôntico é o do não-realizado, não poderia ser cooptado quando ainda não se produziu, também não poder-se-ia convocar sua produção, pois recusa qualquer pedido de se fazer presente. É o inesperado, é

o contingente; não pretende vir ocupar a cadeira destinada ao Messias. Simplesmente porque – mesmo que fosse esperado – não se saberia como, nem onde, nem quando aparecerá. É, em todo caso, o efeito do que cessa de não se escrever, é um S1 que se destaca de nenhuma sujeição anterior, de nenhuma totalidade. É o inesperado como tal. O S1 não faz cadeia, faz pular a cadeia.

É por isso que venho propondo, há alguns anos, citar essa frase de outra forma, fazê-la dizer outra coisa, traduzi-la como “o inconsciente é o político”, e não a política. A política é assimilação, a polícia, a estase [*stasis*] dos Estados, a inércia das instituições, a burocracia quando o todo-saber se instala como agente discursivo.

Se o discurso do inconsciente é o discurso do mestre é porque sua emergência sempre propõe um giro do discurso diante do aparecimento do inesperado, do não assimilado, do que não se deixa facilmente ser apreendido. O ato político, então, é o ato que é produto de uma apresentação do dizer inconsciente pelo qual a neurose não responde.

Mas não é que o inconsciente responde pelo sintoma, disse Lacan? De fato, é por uma produção inconsciente que o sintoma se constituirá como uma formação de compromisso. O sintoma neurótico é uma forma de fazer lugar e ao mesmo tempo não o fazer, à produção inconsciente. Faz lugar, neutralizando-a. O sintoma se dissolve, aliás, quando, ao interpretá-lo, a produção inconsciente que o induziu torna-se inócua para o sujeito. A mesma coisa acontece na política: o sintoma social se dissolve quando o ato político que o induziu se torna inócuo ao incorporá-lo à política.

Se nossa política é o sintoma em termos do que pode ser interpretável, o imprevisto inconsciente como ato político fura a política, produz uma falha nas convenções estabelecidas, no saber estabelecido, causa uma ruptura de semblante, pois é uma incidência inaudita, inédita.

Depois as políticas virão para neutralizá-lo. Os sábios virão para interpretá-lo, as polícias virão para ordenar o trânsito. Falarão da psicanálise como um sintoma social, irão interpretá-la e fazê-la desaparecer. Na vida civil e na das chamadas associações psicanalíticas. Lacan advertiu que isso poderia acontecer se a psicanálise triunfasse, se fosse assimilada: ela se tornaria um sintoma esquecido.

Que ela seja assimilada significa que ela entre no jogo da política institucional no

nível do cidadão, que haja analistas que se apresentem para cargos políticos, que se proponham como candidatos às cadeiras do parlamento, e muito mais. Que virem executivos em escala internacional. Nada o impede, nem seria questionável se o fizessem a título de cidadãos. Não em nome da psicanálise.

Outra posição é que o analista se disponha a ler os acontecimentos políticos como lê na sua prática clínica. Interpretando-os. Se Freud sustentava que entre psicologia individual e a social não havia impasse, é possível ler o curso político da mesma forma que lemos na clínica: ciclos de abertura e fechamento do inconsciente, ciclos de ebulição no político e ciclos de fechamento por meio da neutralização política. É a alternância necessária, a pulsação necessária para que haja trabalho, mesmo trabalho político. Não há trabalho sem pulsação, sem alternância.

O inquietante nessa formulação é que não é possível, em relação a essa alternância, antecipar como ou quando ela acontecerá. Tomemos como exemplo o que aconteceu na pandemia: um novo real que influenciou de jeito totalmente inesperado na vida cotidiana. Os laboratórios de fabricação de vacinas obtiveram lucros desproporcionais, as seguradoras de risco enriqueceram assegurando a falta de garantias. É assim que o capitalismo funciona: onde há uma incerteza, um infortúnio ou uma necessidade, abre-se uma oportunidade de negócio. Mas no jogo entre o político e a política não há garantias, não há seguradoras. E espera-se que haja mais do que negócios.

Na ausência de tal possibilidade de antecipação no jogo do político e da política, vou citar uma famosa frase chinesa, uma frase que provavelmente nunca foi pronunciada como tal. Seria outra citação *fake*. É a velha frase que diz: *Espero que você viva tempos interessantes...* A frase resulta, em verdade, numa maldição, pois um tempo terá sido interessante se se conseguiu sobreviver a ele de maneira digna. Estamos vivendo um tempo interessante? Como saber?

O truque, se houver, será o de saber ler os significantes novos, os significantes ligados ao novo real com o que um tempo é nomeado como interessante. Lacan foi um agudo leitor dos significantes de seu tempo, e por isso soube antecipar a segregação que os mercados comuns produziram, e pôde prever os efeitos deletérios causados por um microrganismo que escaparam dos laboratórios de pesquisa. Ele soube ler a futura

emergência de pontas de um novo real ao qual a psicanálise apenas conseguirá fazer frente.

Ler do modo como Lacan nos ensinou a ler, nessa junção do real como limite entre o saber e a verdade, na junção com um novo real que equivoca o sentido, os sentidos comuns e estabelecidos pela política, aí reside nossa possibilidade de influenciar, nossa possibilidade de influenciar no político, a possibilidade de tornar interessante o tempo em que vivemos.

Trata-se, então, não apenas de poder ler os significantes mestres da época, mas de ser sensível a eles, de estar à escuta de como eles retornam, se o fazem, no discurso efetivo dos analisantes, e de estar cientes de sua possível incidência no corpo teórico da psicanálise.

É melhor, então, que renuncie aquele que não esteja disposto a sacudir a poeira do conforto de seu saber estabelecido quando interpelado pelos significantes políticos da época.

Email : enriten@icloud.com

Tradução/correção: Carolina Libreros / Darlene Tronquoy